



PROCESSO N°	14.550-5/2020
ASSUNTO	TOMADA DE CONTAS
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO
RELATOR	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ HENRIQUE MORAES DE LIMA

DESPACHO 1683/2021/GCI/LHL

1. Trata-se de Tomada de Contas Ordinária instaurada de ofício pelo Relator a época, Auditor Substituto de Conselheiro João Batista Camargo, amparado no art. 157 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (RI-TCE/MT), em decisão proferida nos autos do Processo de Denúncia Ouvidoria nº 33.877-0/2019, com o objetivo de apurar irregularidades e possível dano ao erário no pagamento de despesas oriundas do Contrato nº 63/2017, firmado entre a Prefeitura Municipal de Comodoro e a empresa S Weber Silva Laet.
2. A Secex de Administração Municipal em sua informação técnica sugeriu a realização de diligência para que Sr. Rogério Vilela Victor de Oliveira – Prefeito Municipal de Comodoro-MT, seja notificado para que providencie a remessa a este Tribunal de Contas, o processo de Tomada de Contas Especial nº 002/2020, juntando a este protocolo de nº 14.550-5/2020.
3. Por fim, reiterou a sugestão de comunicação à Secex de Previdência deste Tribunal de Contas, da existência de contrato da Previdência Municipal de Comodoro-MT, firmado com a empresa S Weber Silva Laet, a partir do exercício de 2017, com suspeita de irregularidade suscitada no âmbito da 1ª Promotoria de Justiça Criminal e da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Comodoro, para que aquela Secex defina a sua atuação na apuração dos fatos.
4. Isto posto, encaminhe-se o Presente processo à Secex de Previdência para que tome conhecimento do Relatório Técnico Complementar exarado pela Secex de





Administração Municipal¹, retornado após a este Gabinete para prosseguimento processual.

Cuiabá/MT, 05 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)²

Luiz Carlos de Azevedo

Consultor Técnico Jurídico de Conselheiro
Delegação, conforme Portaria Nº 02/LHL/2021

¹ Documento nº 166512/2021.

² Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

